



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
 Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
 Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA - 2019

DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA

1 - Da conformidade dos Cadastros dos responsáveis, exigido pelo art. 10 desta Deliberação.

Observado o modelo exigido pelo artigo 10 da Deliberação 278/2017, com a qualificação dos responsáveis abaixo relacionados.

Nome completo e Oficial da unidade Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro		CNPJ 07.461.145.0001-39
Sigla AGETRANSP	UO/UGE: 043400	Gestão 00003
Natureza Jurídica Autarquia		Vinculação Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais
Endereço Av. Presidente Vargas, nº 1100 – 12/13 andar – Centro - RJ		CEP 20.071-002
Telefone: 2334.5600	Fac-símile 2263-1433	Página institucional na internet www.agetransp.rj.gov.br
Lei de Criação: Lei nº 4.555, de 06 de junho de 2005	Objetivo da unidade Exercer o poder regulador de serviços públicos concedidos de transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro	
Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Decreto nº 38.617, de 08 de dezembro de 2005, alterado pelo Decreto nº 42.888, de 18/03/2011		
1.13 Função de governo predominante 04 - Administração		1.14 Situação da unidade Ativa
Rol dos Responsáveis Ordenadores de Despesas e Gestores Murilo Provençano dos Reis Leal Vicente de Paula Loureiro Roberto Luis de Souza Ferreira Ivana Cunha Junqueira Responsável pela Auditoria Interna Andréa da Silva Amaro Ademir Lima de Carvalho Responsável pela Superintendência Orçamentária Renato Ferreira		



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

Zilmar Duarte da Costa Cardoso
Responsável pelo Departamento de Contabilidade
Carlos Alberto Bonifácio Saramago
Gestor dos Bens Patrimoniais
Werner Gunther Schmidt
Responsável pelo Almoxarifado
Fábio Gomes Ferreira

2- Dos resultados, quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PPA como de responsabilidade da unidade jurisdicionada, da execução física e financeira das ações vinculadas aos programas da LOA.

A AGETRANSP no exercício de 2019, regulou seis contratos de concessão (Metro-Rio, Rota 116, CCR/Barcas, Via Lagos, Supervia e Rio Barra), cujo desafio é fazer com que os serviços sejam prestados de forma a atender satisfatoriamente a população do Estado do Rio de Janeiro em seu direito de locomoção com segurança, rapidez e conforto.

Os investimentos em tecnologia permitiram que a agência transformasse dados em informações e essas informações passaram a orientar melhor as nossas ações, de forma mais rápida e específica. Para isso, foram implantados um banco de dados e um software de análise estatística de ponta, presente em instituições de mais de 140 países, além de um sistema de business intelligence para automação do cálculo dos indicadores contratuais de desempenho das concessionárias, o que gerou maior confiabilidade na apuração dos dados.

Com a modernização dos métodos de controle e monitoração dos serviços prestados pelas concessionárias, conseguimos intervir imediatamente na ocorrência de qualquer interrupção dos serviços prestados à população do Estado do Rio de Janeiro dentro do contrato de concessão regulado, através de monitoramento realizado por equipe alocada no Centro Integrado de Comando e Controle – CICC.

A proximidade entre a Ouvidoria e o Centro de Monitoramento de Concessionárias permitiu um atendimento mais ágil e eficiente, ambos localizados no CICC (Centro Integrado de Comando e Controle), onde a agência atua em cooperação com órgãos públicos de defesa social.



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
 Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
 Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

Os produtos Fiscalização da concessão de transportes aquaviários (5212), da e concessão de transportes ferroviários (5213), concessão de transportes metroviários, (5214) , concessão de transportes rodoviários, (5215), tiveram as metas previstas integralmente cumpridas.

Produto	Meta	Realizado	%
5212	4.104,00	12.844,00	312,96
5213	17.136,00	21.000,00	122,72
5214	11.556,00	40.226,00	428,00
5215	3,00	40,00	1.333,33

3- Avaliação da Execução Orçamentária.

Objetivando evidenciar o comportamento da gestão orçamentária e financeira no exercício de 2019 foram elaborados quadros comparativos entre as Receitas e Despesas prevista na LOA, com as Receitas efetivamente realizadas e as Despesas efetivamente executadas no mesmo período, conforme a seguir:

3.1- Execução da Receita

Discriminação	Arrecadação de Receitas – 2018/2019			
	2018		2019	
	Prev. Inicial	Rec. Realizada	Prev. Inicial	Rec. Realizada
Taxas	30.521.616,00	20.934.023,57	33.332.348,00	20.850.400,78
Rec. Valores Mobiliários	0,00	85.503,16	0,00	576.809,17
Multas e Juros	1.395.381,00	1.144.588,54	1.454.848,00	1.260.636,51
Ind. e Restituições	36.183,00	1.889,76	37.508,00	28.602,08
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec Intra-Orçamentária Ind. Rest.	0,00	0,00	0,00	0,00
	31.953.180,00	22.166.005,03	34.824.704,00	22.716.448,54

Do confronto entre receita prevista e arrecadada houve uma diferença na ordem de R\$ 12.108.255,46 (doze milhões, cento e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
 Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
 Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

3.2- Execução da Despesa

No exercício de 2019, a despesa teve a seguinte movimentação:

Execução Orçamentária da Despesa - 2019					
Programa de Trabalho		Dotação		Despesa	
		Inicial	Atual	Autorizada	Empenhada
2010	Prest Sv entre Orgão/ Aquis. Com. e Lubrif.	1.428.617,00	1.666.527,56	1.174.737,99	720.767,61
2016	Manut Ativid Operacionais/Adm	3.393.713,00	3.531.048,02	2.069.062,96	1.904.400,28
0467	Despesas Obrigatórias	11.285,00	11.285,00	0,00	0,00
0467	Despesas Obrigatório Primária	22.569,00	22.569,00	0,00	0,00
2660	Pessoal e Encargos Sociais	24.510.937,00	24.080.544,04	19.238.151,44	12.138.223,88
8021	Pag. Desp Sv Utilidade Pública	789.915,00	789.915,00	124.264,92	93.692,98
8285	Reg e Cap. em Conc de Sv Transportes	4.667.668,00	4.722.815,38	2.218.782,69	1.288.850,62
SUBTOTAL (I)		34.824.704,00	34.824.704,00	24.825.000,00	16.145.935,37
DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO					
2010	Aquis. Com. Lub. - SEPLAG		371.326,81		
SUBTOTAL (II)			371.326,81		
TOTAL (I - II)			4.453.377,19		

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais corresponde a 28,69% do total da receita arrecadada e 75% da despesa empenhada.

3.3- Execução Orçamentária de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA

No exercício em referência, a DEA foi executada da seguinte forma:

Execução Orçamentária da Despesa de Exercícios Anteriores - DEA					
Programa de Trabalho		Dotação		Despesa	
		Inicial	Atual	Autorizada	Empenhada
2660	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	28.077,91
8285	Reg e Cap. em Conc de Sv Transportes	0,00	0,00	0,00	14.551,88
TOTAL		0,00	0,00	0,00	42.629,79



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

3.4- Execução dos Restos a Pagar Não Processados – RPNP, a liquidar inscritos em exercícios anteriores.

Não consta saldo inscrito em RPNP de exercício anteriores.

4 - Avaliação da Gestão Financeira.

Ao final do exercício de 2019, a AGETRANSP contava com a importância de R\$ 10.510.912,07 (dez milhões, quinhentos e dez mil, novecentos e doze reais e sete centavos) em Conta Única do Tesouro do Estado.

Contava ainda com o valor de R\$ 48.643,89 (quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos), em Conta-Poupança, conta está destinada a receber os depósitos das Cauções prestadas pelas licitantes contratadas.

Aplicação Financeira - Fundo de Investimento exercício de 2019, valor de R\$ 12.763.416,59. (doze milhões setecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e nove centavos)

5 - Avaliação da Gestão Contábil Patrimonial.

5.1 - Execução do RPNP e RPP inscritos ao final do exercício

Foi inscrito RPNP ao final do exercício de 2019 o valor de R\$ 377.291,04 (trezentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais e quatro centavos).

Foi inscrito em RPP o valor de R\$ 251.821,87, (duzentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta e sete centavos), sendo o saldo final de R\$ 277.150,66 (duzentos e setenta e sete mil, cento e cinquenta reais e sessenta e seis centavos)



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

5.2 - Fidedignidade dos valores registrados na contabilidade a título de 'Créditos inscritos em Dívida Ativa' e/ou 'Ajustes de Avaliação Patrimonial', contas integrantes do patrimônio Líquido.

No exercício de 2019, foi inscrito em “Dívida Ativa Não Tributária” a quantia de R\$ 1.453.455,86, (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), em consonância com as Certidões da Dívida Ativa emitidas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Foi observado que o saldo da conta “Dívida Ativa Não Tributária” passou de R\$ 19.054.330,20 (dezenove milhões cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta reais e vinte centavos) para 20.507.786,06 (vinte milhões quinhentos e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e seis centavos), em razão de serem depositados na conta do Tesouro Estadual, quando quitados pelo contribuinte. Os valores quitados não são baixados via contábil por esta Agência. Tal fato será motivo de Recomendação por esta Auditoria Interna.

5.3 - Pertinência e Adequação dos Valores Registrados a Título de 'Ajustes de Exercícios Anteriores'.

São pertinentes aos registros do ajuste inicial/reavaliação de bens móveis, conforme Portaria CGE nº 179/2014, bem como registro e reconhecimento de DEA.

6 - Das Alterações Orçamentárias Ocorridas no Exercício.

Alteração Orçamentária da Despesa - 2018			
Programa de Trabalho		Dotação	
		Inicial	Atual
2010	Prest Sv entre Orgão/ Aquis. Com. e Lubrif.	1.428.617,00	1.666.527,56
8285	Reg e Cap. em Conc de Sv Transportes	4.667.668,00	4.722.815,38

Crédito suplementar com compensação, considerando a existência de saldo no PT 8285.



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

7 - Da Gestão da Descentralização de Créditos Realizada no Exercício.

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO				
2010	Aquis. Com. Lub. -	Sistema CTF da SeFaz/UERJ/Proderj/SECOM	371.326,81	
TOTAL			371.326,81	

Foi apresentada a prestação de contas pelo PRODERJ, no valor descentralizado de **R\$ 114.173,22**, em conformidade com o estabelecido na IN AGE nº 24/2014.

Até a presente data a AUDIT não havia recebido nenhum processo de prestação de contas UERJ, SECOM e SEFAZ,

8 - Da Gestão das Transferências Financeiras Concedidas Mediante a Formalização de Ajustes.

Não aplicável

9 – Da Gestão Patrimonial - Bens Móveis e Imóveis.

Do patrimônio de responsabilidade da unidade jurisdicionada (bens móveis e imóveis), no mínimo, quanto à correção dos registros contábeis. à estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio e a qualidade é suficiência dos controles internos administrativos definidos para a referida gestão. Processo Administrativo E-22/008/128/2019

9.1 Dos Bens em Almojarifado

O Processo de prestação de contas do responsável pelos bens em almojarifado do período de 01.01.2019 a 31.12.2019, em nome do servidor **FÁBIO GOMES FERREIRA**, Id. 50343289, foi autuado sob o nº E-22/008/1521/2020, tendo saldo no final do exercício o valor de R\$ 64.209,84 (sessenta e quatro mil, duzentos e nove reais e oitenta e quatro centavos), havendo paridade com os registros contábeis.



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

9.2 Dos Bens Móveis

O processo de prestação de contas do responsável pelos bens móveis do período de 01.01.2019 a 31.12.2019, em nome do Conselheiro-Presidente MURILO PROVENÇANO DOS REIS LEAL, foi autuado, tendo como saldo no final do exercício o valor de R\$ 745.869,18 (setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos), guardando paridade com o contabilizado. O valor da depreciação acumulada até o final do exercício de 2019 é de R\$ 280.365,30 (duzentos e oitenta mil, trezentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos).

9.3 – Da Estrutura Tecnológica e de Pessoal para Administrar o Patrimônio e a Qualidade e Suficiência dos Controles Internos Administrativos Definidos para a Referida Gestão.

Por meio do Decreto nº 46.048, de 25 de julho de 2017, foi instituído o Sistema Informatizado de Bens Móveis – SBM RJ.

A Resolução SEFAZ nº 223, de 16 de fevereiro de 2018, estabelece a metodologia e os procedimentos para implantação do aludido sistema, que é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo.

10 - Da Qualidade e Suficiência dos Controles Internos Administrativos Instituídos pela Unidade Jurisdicionada com Vistas a Garantir que seus Objetivos Estratégicos Sejam Atingidos.

1. Ambiente de Controle
Estabelecido em normas e procedimentos, por meio de Resoluções e Portarias da alta administração, envolvendo as competências técnicas, influenciando no controle e forma de atuação dos servidores. As atribuições dos gestores de bens móveis e almoxarifado estão descritas no regimento interno do órgão.



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

Os funcionários participam periodicamente de eventos de capacitação realizados pelo TCE RJ, AGE e CGE.

São periodicamente realizadas reuniões para tratar do tema de gestão de bens móveis com as partes interessadas.

O órgão deu transparência dos atos de nomeação dos gestores dos bens móveis

2. Avaliação de Riscos

O órgão identificou os riscos relacionados

A atividade de fiscalização, na maioria das vezes, consubstancia as decisões do Conselho Diretor – CODIR, em sua atividade de regulação dos serviços públicos concedidos.

O Ambiente de controle é estabelecido em normas e procedimentos, por meio de Resoluções e Portarias da alta administração, envolvendo as competências técnicas, influenciando no controle e forma de atuação dos servidores, nas atividades de campo e do Centro de Monitoramento das Concessionárias – CMC.

A avaliação de risco é baseada na possibilidade da interrupção das atividades de fiscalização, seja pelo CMC ou pelos fiscais de campo. Dessa avaliação, conclui-se ter um baixo risco, em razão de se encontrar o CMC inserido no Centro Integrado de Comando e Controle do Estado, que agrega as forças de segurança estadual, atendendo as demandas operacionais e técnicas.

Assim, todo evento futuro e incerto que possa impactar negativamente nas atividades de fiscalização da Agência, inviabilizando o alcance de seus objetivos principais, é diariamente monitorado. O que diminui consideravelmente a probabilidade de sua ocorrência.

Verificamos assim, que os objetivos centrais são claramente estabelecidos e comunicados aos responsáveis.

Contemplam os aspectos de efetividade e de eficiências das operações, de confiabilidade nos relatórios decorrentes das operações de fiscalização do CMC e de campo, em conformidade com as normativas aplicáveis.



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

Os objetivos das atividades de fiscalização estão ligados aos objetivos da organização e aos seus planos estratégicos.

Os riscos das atividades são revisados periodicamente para garantir sua permanente relevância.

Existem ainda mecanismos para prever, para identificar e para reagir a eventos que possam afetar o alcance dos objetivos.

As atividades de fiscalização são realizadas no tempo e forma adequada, permitindo a redução significativa dos riscos.

As informações são adequadas e de qualidade, mediante relatórios circunstanciados das ocorrências, emitidos pelos fiscais em campo e do CMC.

Com os investimentos em tecnologia, foi possível implantar um banco de dados digital para armazenamento de todas as informações relativas à AGETRANSP; o SAS, um software de análise estatística de ponta, que proporcionou maior eficiência e rapidez no rastreamento de dados referentes aos sistemas regulados; e um sistema de business intelligence para automação do cálculo dos indicadores de desempenho das concessionárias.

Com a nova tecnologia, a AGETRANSP passou a ter um novo portal na internet, portal esse que entre outras informações, são publicadas todas as deliberações da agência, contratos de concessão, relatórios mensais de fiscalização, notas técnicas tarifárias e os relatórios anuais de atividades, que é uma forma de prestar contas à sociedade.

11 - Avaliação da Confiabilidade e Efetividade dos Controles Internos Relacionados à Elaboração das Demonstrações Contábeis e Relatórios Financeiros.



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

Diariamente, mensalmente e quadrimestralmente é dada conformidade contábil pelo responsável do Departamento de Contabilidade, em cumprimento às normas da Contadoria Geral do Estado - CGE.

Cumpra ainda salientar, que por determinação contida no Regimento Interno desta Agência, esta Auditoria de Controle Interno verifica, antes da liquidação da despesa, a veracidade e legalidade da documentação comprobatória.

12 - Avaliação da Observância, pela Unidade Jurisdicionada, da Ordem Cronológica dos Pagamentos estabelecida pelo art. 5º da Lei 8.666/1993.

Os pagamentos são efetuados na ordem cronológica de seu vencimento.

13 - Avaliação da observância do limite estabelecido no inciso II, art. 20 da LRF.

Como antes informado, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais corresponde a 28,69% do total da receita arrecadada e 75% da despesa empenhada.

14 - Monitoramento da Implementação das Determinações e/ou Recomendações Exaradas pelo TCE-RJ e pela Unidade Central de Controle Interno e das Recomendações e Ressalvas da Auditoria Geral do Estado.

As determinações e/ou recomendações do TCE RJ, bem como da Auditoria Geral do Estado – AGE, foram atendidas no exercício de referência.

15 - Manifestação Sobre a Manutenção da Documentação Prevista nos Artigos 12 e 13 da Deliberação TCE-RJ nº 278/2017 no Arquivo do(s) Órgão(aos) ou Entidade(s) de Origem.

Art. 12

Documentação autuada sob o nº E-22/008/1521/2020 – bens em almoxarifado



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais
Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários,
Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

Art. 13

Não aplicável

16 - Do Parecer de Auditoria

Com base nos documentos que compõem a prestação de contas de gestão e os exames que compreenderam, entre outros procedimentos: a) o planejamento dos trabalho, a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema orçamentário, financeiro e patrimonial, e de controles internos da Agetransp; b) a constatação, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis demonstradas, bem como a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, a AUDIT opina pela **REGULARIDADE** das contas de gestão da AGETRANSP, relativo ao exercício de 2019.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2020.